



4



Cultura(s) e interculturalidade: conceitos e perspectivas de construção de saberes

Adriana Vieira Guedes Hartuwig¹

Objetivos:

- ◇ Compreender as diferentes concepções atribuídas ao termo de cultura, em diferentes contextos e tempos históricos;
- ◇ Perceber que os conhecimentos escolares são construções específicas e próprias da cultura escolar
- ◇ Compreender a relação entre cultura e educação;
- ◇ Analisar a importância a prática pedagógica intercultural, no contexto escolar, e as contribuições de novos saberes que daí se origina;
- ◇ Refletir criticamente sobre os termos multiculturalismo e interculturalismo.

Uma aproximação inicial...

Este texto está pautado na necessidade de refletir criticamente sobre os diferentes conceitos atribuídos ao termo cultura, em diferentes contextos e tempos históricos, elemento importante para a compreensão das concepções que direcionam a escolha de conhecimentos escolares e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que influenciam diretamente a formação de identidades. Essa questão “toca no cerne” da relação entre educação dos povos e coletivos diversos, e o padrão único de civilização. A análise crítica das racionalidades, que interferem em nossa existência

¹Mestranda em Educação - (PPGE/CE/UFES).

humana, nos move ao aprendizado e à intervenção em processos e mecanismos de discriminação, exclusão e desigualdade.

Mas, antes de iniciar essa leitura, é primordial que você realize as atividades sugeridas abaixo:

1- Em primeiro lugar, tome como referência a palavra CULTURA. Escreva cinco palavras que lhe venham à mente quando você pensa – CULTURA. Peça a outras cinco pessoas de seu convívio que façam o mesmo. Depois organize as palavras em categorias, separando-as de acordo com o critério que você estabeleceu. Quais as palavras que mais apareceram? Que sentido essas palavras tem para você, em relação à palavra CULTURA?

2- A seguir escreva o nome de três etnias que fazem parte da miscigenação do povo brasileiro e dê cinco características culturais às etnias que você listou. Peça às cinco pessoas que você selecionou que também façam o mesmo. Separe as características em categorias, da mesma forma que você fez no exercício anterior.

Após ter feito todas essas tarefas, leia o texto com muita atenção e responda às seguintes questões:

3- Que relações você estabelece entre os grupos de palavras e o texto?

4- As palavras referentes à CULTURA e às características culturais das etnias que compõem o povo brasileiro possuem semelhanças com os conceitos de cultura mencionados no texto?

5- Cite pelo menos duas conclusões pessoais as quais você chegou após a realização da atividade e da leitura do texto.

Resumo

O presente texto pauta-se na necessidade de refletir sobre os diferentes conceitos atribuídos ao termo cultura, em diferentes contextos e tempos históri-

cos, bem como de analisar a maneira como seu conceito se expandiu gerando distintas formas de situá-lo, defini-lo e interpretá-lo. A partir dos estudos da Antropologia, da Linguística, da Filosofia e da Sociologia, iniciados no século XX, e recentemente, dos Estudos Culturais começaram a surgir questionamentos sobre o conceito eurocêntrico de cultura, que foi tomado como modelo de referência mundo afora. Esses estudos entendem que é mais adequado falarmos em culturas no plural em vez de cultura no singular. Apresentam também, os conceitos que tentam incluir outras narrativas culturais no campo da educação, como o multiculturalismo e o interculturalismo (interculturalidade, intercultural). Considera-se que o interculturalismo supera a proposta do multiculturalismo já que, apesar do multiculturalismo reconhecer a pluralidade de culturas, não propõe o diálogo entre as culturas. Por fim, são apresentadas algumas reflexões e questões sobre as relações entre educação e cultura(s) demonstrando a relevância da perspectiva intercultural na educação, já que, essa proposta possibilita a crítica da racionalidade moderna e também representa uma alternativa para analisar e valorizar as diferentes manifestações de culturas, propondo uma ação dialógica, considerada por Paulo Freire a verdadeira atribuição da educação.

Palavras-chaves: cultura; identidade; multiculturalismo, interculturalismo; diálogo.

Introdução

A diversidade de culturas é uma das questões de primeira ordem, discutidas no âmbito da educação, na atualidade. Esse debate tem se intensificado devido a alguns movimentos provocados pelo fenômeno da globalização, principalmente, os intercâmbios culturais que transitam em diferentes espaços, desde o campo da informação até as migrações e lutas das minorias, que buscam o reconhecimento de identidades culturais como estratégia de luta pela inclusão. Alguns estudiosos e intelectuais da educação argumentam que esse movimento é uma resposta à ação da modernidade capitalista, que impôs aos diferentes povos um padrão único e hegemônico de cultura.

São justamente esses intercâmbios entre as identidades culturais que provo-

carão uma série de deslocamentos e questionamentos a respeito da nossa identidade e dos conceitos sobre os “outros” e sobre as diferenças. A partir daí, surgem distintas abordagens culturais no campo das Ciências Humanas e Sociais que discutem o conceito de identidade, cultura e outros termos derivados como *multi*, *pluri*, *trans* e *intercultural*.

A crítica que se faz, a essas terminologias, reside na dívida se tais conceitos contribuem para fortalecer a lógica cultural do “capitalismo selvagem”, caracterizado aqui pela má distribuição dos recursos naturais, culturais e dos bens de consumo; ou podem oferecer a fertilização teórica e prática de uma nova forma de existência, em que seja possível uma convivência dialógica entre as culturas.

Nesse sentido, o presente texto pauta-se na necessidade de refletir criticamente sobre os diferentes conceitos atribuídos ao termo cultura, em contextos e tempos históricos diversos, e os conceitos que tentam incluir outras narrativas culturais no campo da educação, tais como multiculturalismo e interculturalismo (interculturalidade, intercultural). Defende, ainda, que o interculturalismo supera a proposta do multiculturalismo em sua versão liberal e também, porque não propõe a interlocução entre as culturas.

O estudo das diferentes perspectivas multiculturais, especialmente o das propostas críticas e interculturais são importantes, porque apresenta uma reflexão contra um modelo de sociedade hegemônico e excludente. Estabelecer essas diferenciações é muito importante para compreendermos as concepções que direcionam a escolha de conhecimentos escolares e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que influenciam diretamente a formação de identidades, voltando-se a uma questão chave da relação entre educação dos povos e coletivos diversos e o padrão único de civilização. A análise crítica das racionalidades, que interferem em nossa existência humana, nos move ao aprendizado e à intervenção em processos e mecanismos de discriminação, exclusão e desigualdade social.

Como apreciação final, refletiremos acerca das relações entre educação e cultura defendendo a importância da interculturalidade na educação, entendida como uma proposta dialógica, plural e democrática, já sinalizada por Paulo Freire na década de 1960. Com isso, abre-se espaço para reeducar nossos olhares diante dos coletivos culturais diversos inseridos na escola e, assim, reconhecer suas histórias na história, no presente, fomentando uma educação a favor da valorização e equilíbrio dos saberes, sejam eles do campo, da “aldeia” ou da cidade.

Cultura: diferentes concepções, contextos e tempos históricos

O futuro depende da faculdade que o homem terá para transcender os limites das culturas individuais. Edward T. Hall

Abordar o termo cultura nos exige a consciência de que estamos a lidar com um dos conceitos mais amplos e polissêmicos da nossa língua. Há várias maneiras de situá-lo, defini-lo e interpretá-lo. Além disso, a expressão cultura se configura como um tema polêmico, pois muitos estudiosos e pesquisadores das Ciências Sociais chegam a afirmar que a busca por sua definição incita mais perguntas do que respostas.

Embora hoje em dia a natureza seja comumente considerada um produto da cultura, o significado etimológico da palavra “cultura” é derivada do conceito de natureza. Cultura provém do ato ou maneira de cultivar a terra ou o seu próprio cultivo, o cultivo do que cresce naturalmente. Porém, a definição deste conceito foi expandido e adquiriu vários sentidos distintos que refletem diferentes pressupostos epistemológicos, diversas concepções a respeito da evolução humana e diferentes campos de interesse, entre estes: a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Educação, principal foco de reflexão neste texto.

O termo cultura passou a fazer parte de nosso vocabulário há dois séculos. Seu sentido básico vinculava-se à formação do homem, ou seja, às suas características humanas, visto que um ser social necessitava ser cultivado para tornar-se culto, refinado, em evidente oposição a um inocente estado original “de natureza”.

Para compreendermos como o sentido de cultura foi expandido, precisamos conhecer as características políticas e econômicas da Europa no século XVIII².

◇ Características da política no século XVIII:

- permanência do absolutismo – centralização do poder nas mãos do monarca;
- inexistência de prática dos poderes legislativo, executivo e judiciário.

◇ Características da economia no século XVIII:

- desenvolvimento das manufaturas;
- tímido desenvolvimento da mão-de-obra assalariada;
- vestígios marcantes do regime de servidão.

²O século XVIII é conhecido como o “Século das Luzes” ou “Iluminismo”, quando a razão iluminaria o que a tradição obscurecera.

O mundo estava mudando... assim, esse período foi marcado por grandes realizações intelectuais, especialmente na França, Inglaterra e Alemanha. Há um significativo aumento da população e, conseqüentemente, grande desenvolvimento das cidades. Milhares de pessoas saem do campo e vão trabalhar em ateliês de manufatura. A ideia de um novo mundo construído por obra dos homens foi sendo desenvolvido; um mundo novo, moderno.

É nesse contexto que o vocábulo “civilização” passou pertencer ao espírito geral do Iluminismo francês, do ideal moderno de autodesenvolvimento secular e progressista. O civilizado opõe-se ao bárbaro, ao primitivo, ao selvagem.

Pesquisas de Williams (citado por SILVA, 2009), dispõem que a tensão entre “cultura” e “civilização” foi um marco nos séculos XVIII e XIX, devido à rivalidade existente entre franceses e alemães. O modelo de “civilização era a França, considerada uma nação de civilizados, que tinha como objetivo tanto o processo de refinamento social como o ideal utópico rumo ao progresso.

“Cultura” era uma noção alemã, chamada por alguns intelectuais germânicos de *Kultur*, que se referiam à sua própria contribuição para a humanidade, entre essas, as maneiras de estar no mundo, de produzir e apreciar obras de arte e literatura, de pensar e organizar sistemas religiosos e filosóficos (VEIGA-NETO, 2003). Como destaca Santos (2003), encontramos aqui a ideia de cultura associada aos conhecimentos impostos como universais alicerçados em determinados critérios de valor, estéticos, morais e cognitivos.

Bauman (2005) explica que o conceito de “Cultura”, baseado na noção republicano-iluminista, originou-se em um “Estado sem nação”, que tentou afirmar sua identidade ao tentar impor um pouco de coesão a um conglomerado de etnias, de dialetos e de “culturas locais” (costumes, crenças, mitologias, calendário). Dessa forma, entendemos que para garantir a eficácia dessa afirmação, foram usados todos os conhecimentos considerados superiores e que os diferenciava do resto do mundo. Com efeito, a cultura é o mecanismo que mais tarde será associado à “hegemonia³”, moldando os seres humanos aos interesses de novo tipo de sociedade.

Outro sentido de cultura, muito difundido nessa época por teóricos evolucionistas do século XIX, foi transposto da teoria de Charles Darwin sobre a evolução do homem para o plano social e cultural. Para esses pensadores, a humanidade passaria por estágios de evolução cultural, de sociedades primitivas até ao modelo civilizado. Essa visão justificava o estabelecimento de uma escala de civilização que colocava

³Preponderância de uma cidade ou de um povo sobre outras cidades ou outros povos. Supremacia, superioridade. Conceito desenvolvido por autores marxistas como Althusser e Gramsci.

no topo as nações europeias, e abaixo delas, as demais nações cujos povos eram considerados primitivos e selvagens.

É a partir dessas ideias que surge a diferenciação entre alta cultura e baixa cultura. A alta cultura passou a funcionar como modelo daquele que é culto, que possui valores da cultura intelectual e artística, ao contrário da baixa cultura, sinônimo daqueles de cultura inferior, popular.

Isso também explica a marca elitista da concepção de cultura tão presente no imaginário social, vinculada a cultura culta, ao grau de instrução adquirida por meio da escolarização, capaz de propiciar o acesso aos bens culturais gerais, às obras artísticas e a comportamentos sociais refinados. Entretanto, essa é uma concepção equivocada a respeito do que realmente significa o termo “cultura”, pois não se pode dizer que um índio, um negro, um camponês, dentre outros, não possuem cultura.

Logo, “[...] a cultura pode ser entendida como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano” (CANDAU, 2002, p.72). Se é assim, toda pessoa humana é produtora de cultura independente de classe social a qual pertence ou do acesso à escolarização formal.

A cultura é um fenômeno plural, multiforme, heterogêneo, dinâmico. Envolve criação e recriação, é atividade, ação. É considerada também como um sistema de símbolos que fornece as indicações e contornos de grupos sociais e sociedades específicas (CANDAU, 2002, p. 72).

Aprendemos com Geertz (1989) que, os seres humanos ao transitarem da natureza para o mundo da cultura teceram, eles mesmos, suas teias de significados. Esse mesmo autor assume “a cultura como essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 4).

Um conceito de cultura ainda muito vigente entre nós é de um conjunto de características imutáveis e acabadas, que permanece fixo ao longo dos anos, além de outros traços como genuidade, pureza, autenticidade. Porém a cultura deve ser entendida como dinâmica produzida e modificada no tempo histórico, de acordo com a situação do contexto social vivido.

A cultura é, portanto, um processo contínuo de construção, reinventada, recriada e transformada a todo momento partir da interação social. Assim, não há como um ser humano viver uma vida humana fora do tecido social da cultura. Somos seres

naturais e fazemos parte da natureza, mas a cultura é o que nos torna humanos. Somos seres culturais justamente por causa da nossa capacidade de transformar a natureza em nós e para nós, criando sentidos, palavras, códigos, símbolos que só possuem significados a partir da interação e da reciprocidade que geram nossos saberes e aprendizagens próprios e locais, tão importantes como os universais. Assim, precisamos aprender a pensar “transversalmente” as interações entre os universos de referências individuais e sociais.

De cultura para culturas: o multiculturalismo e interculturalidade

Além das contribuições de estudos da Antropologia, da Linguística, da Filosofia e da Sociologia, iniciados no século XX, recentemente, os Estudos Culturais têm sido eficazes em questionar, ou até mesmo desmoronar a racionalidade moderna sobre o conceito eurocêntrico de cultura.

Segundo Silva (2009), o campo de teorização e investigação conhecido como Estudos Culturais surgiu em 1964, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra. A incitação inicial surgiu a partir de inquietações sobre a compreensão de cultura dominante presente na crítica literária britânica, que refletia preceitos ligados à cultura das chamadas “grandes obras” da literatura e das artes em geral, e logicamente, restrita à elite.

Assim, a desconstrução desse termo teve início com a concepção de cultura construída por Raymond Williams (1958) e Richard Hoggart em *Uses of literacy* (1957). Para Williams, a cultura deveria ser entendida como o modo de vida global de uma sociedade, como experiência vivida por qualquer agrupamento humano. De acordo com essa concepção, não há graus de superioridade e inferioridade entre as culturas e suas produções e conhecimentos. Esses estudos entendem que é mais adequado falarmos em Culturas no plural em vez de cultura no singular e escrevermos com letra maiúscula.

De acordo com Veiga-Neto (2003), essa virada cultural não significou somente uma mudança teórica, intelectual e epistemológica, mas muito mais do que isso, tal deslocamento é inseparável de uma dimensão política na qual atuam forças poderosas em busca da dominação material e simbólica pela imposição de significados. “Se o monoculturalismo coloca a ênfase no Humanismo e, em boa parte, na estética, o

multiculturalismo muda a ênfase para a política” (VEIGA-NETO, 2003, p.6).

Os Estudos Culturais interpretam a cultura como um conceito estratégico para a afirmação da diferença e um campo de luta política em torno de significados sociais, nos quais os diferentes grupos sociais, situados em diferentes posições de poder, tentam e lutam para impor seus significados à sociedade em geral para marcar sua identidade.

A cultura é nessa concepção um campo contestado de significação. O que está centralmente envolvido nesse jogo é a definição da identidade cultural e social dos diferentes grupos. A cultura é um campo onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser. A cultura é um jogo de poder (SILVA, 2009, p. 134).

Considerando essa citação, tentarei expor como esse jogo de poder tem se configurado em nossa sociedade, identificando as estratégias de lutas utilizadas por povos e coletivos cujas culturas foram negadas, inviabilizadas e até mesmo eliminadas.

Sabemos que vivemos um momento atual na história da humanidade quando novas combinações de espaço-tempo são redimensionadas pela propagação crescente de recursos tecnológicos. Esse processo que envolve uma rede complexa, por meio da qual significados globais e locais são expressos, tem sido sintetizado sob o termo “globalização”. Mc Grew, citado por Hall (2006), define esse termo como:

[...] a globalização se refere àqueles processos, atuantes, numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (Mc GREW, citado por HALL, 2006, p. 67).

Esse fenômeno não tem sido processado de forma única, pois a desejável ou temida uniformidade não ocorreu de maneira absoluta. A ideia de que a globalização seria uma força capaz de atingir uma totalidade homogênea e uniforme, por meio da qual indivíduos locais seriam transformados em seres planetários, com linguagens, culturas e identidades gerais, não está ocorrendo. Assim, observamos uma explosão de manifestações e expressões de grupos dominados como forma de resistência aos discursos hegemônicos.

A compreensão antropológica de que nenhuma cultura pode ser julgada superior a outra é que impulsiona os chamado multiculturalismo e interculturalismo. Multiculturalismo é um termo que se configura como um desafio conceitual, pois existem muitas interpretações sobre seu conceito. Conhecer esses conceitos nos permite questionar concepções que historicamente fizeram parte da produção de desiguais.

Peter McLaren (2000)⁴ classifica multiculturalismo em quatro tendências: o multiculturalismo conservador (baseado no legado colonialista de supremacia branca que deslegitima dialetos, línguas, saberes e valores de outros grupos étnicos); o humanista liberal (que em nome de uma humanidade comum defende a igualdade intelectual entre diferentes etnias e grupos sociais); o liberal de esquerda (que tende a essencializar as diferenças, não levando em conta que essas são construções históricas, culturais, atravessadas por relações de poder); e o crítico e de resistência (que questiona a construção da diferença no contexto de relações culturais e de poder).

Entendendo a cultura como conflitiva, McLaren (2000) afirma que é preciso estar atento à questão da diferença. Diferenças são determinadas por processos históricos, pelas mentalidades e ideologias, pelas relações de poder e influenciam processos políticos e sociais. “Como educadoras(es) e trabalhadoras(es) culturais, precisamos intervir criticamente naquelas relações de poder que organizam as diferenças” (McLAREN, 2000, p. 135).

Nessa perspectiva, não se trata de mudar a ordem hierárquica de brancos sobre índios, negros e latinos, mas de transformar o valor da hierarquia, ou seja, reconstruir os sistemas de diferença existentes que organizam a vida social em padrões de dominação, subordinação e exploração.

Para Forquin (1993), o termo multiculturalismo possui simultaneamente sentidos descritivo, normativo, ou prescritivo. No sentido descritivo, entende-se o termo como a situação “objetiva” de cada país, ou seja, um dado da realidade, no qual há grupos de diversas origens étnicas, geográficas, línguas, valores, religiões, refletindo a realidade multicultural de uma determinada sociedade. Quanto ao sentido prescritivo, o multiculturalismo assume diferentes contornos, já que se configura como um horizonte de intervenção que permite maneiras de atuar, de intervir, de transformar a dinâmica social. As formas de intervir e atuar dos grupos culturais geram novas racionalidades que vão sendo vividas transformando-se muitas vezes em demarcadores de políticas públicas. Nesse caso, poderíamos relatar as experiências de movimentos sociais que se organizaram e provocaram mu-

⁴Reconhecido e polêmico Professor de Ciências Sociais da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). Seus estudos partem de uma perspectiva transdisciplinar que aborda quatro áreas pelas quais ficou conhecido internacionalmente: a pedagogia crítica, a educação multicultural, a etnografia crítica e a teoria crítica.

danças, por exemplo, as reivindicações de diferentes etnias indígenas no Brasil que foram agregadas a Constituição de 1998 e que desencadearam outras conquistas no plano institucional.

Existem inúmeras críticas ao multiculturalismo, principalmente em sua versão liberal. Para alguns estudiosos, o termo multiculturalismo abrange o reconhecimento das diversas culturas, entretanto não há uma preocupação na questão da interrelação entre esses grupos socioculturais, no sentido de possibilitar um diálogo entre os diversos sujeitos nas suas diferenças, para uma troca de saberes. O multiculturalismo também é acusado de ser uma nova forma de racismo, em que o “outro” diferente deve ser “tolerado” e “respeitado”, como se existisse uma situação de permissão dada por aquele pertencente a uma cultura superior. Dessa forma, a proposta intercultural daria conta de preencher essa lacuna deixada pelo multiculturalismo, pois não acredita em uma supercultura capaz de conceder respostas aos problemas universais. A interculturalidade questiona e investiga quais são esses problemas ditos universais e se abre para o diálogo na busca solidária da resolução das perguntas.

Candau (2002) sugere o interculturalismo como a possibilidade de promover a inter-relação entre diferentes grupos socioculturais afetando principalmente a educação em todas as dimensões, numa dinâmica de crítica e autocrítica, valorizando a interação e a comunicação recíprocas. Essa proposta tem por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra as discriminações e desigualdades sociais, e nesse sentido, tenta promover relações dialógicas entre aqueles que pertencem a diferentes universos culturais, trabalhando os conflitos presentes nesta realidade.

A educação intercultural consiste num enfoque global que deve atingir a cultura da escola, a cultura escolar⁵, e todos aqueles que fazem parte desse processo, ou seja, todas as dimensões do sistema de ensino e de todo o universo educacional. Sendo assim, essa proposta contribui para a construção de relações democráticas que fortaleçam os diversos sujeitos presentes nos diversos contextos interculturais.

Conforme Candau:

A promoção de uma educação intercultural é uma questão bastante complexa, que exige problematizar diferentes elementos da cultura escolar e da cultura da escola e do sistema de ensino como um todo. Trata-se de uma abordagem educativa que aponta para questões radicais que têm a ver com as funções da escola hoje (CANDAU 2002, p.100).

⁵Para um entendimento do conceito de cultura da escola e cultura escolar, ver Jean-Claude Forquin, “Escola e cultura – as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar”.

Segundo Jordán citado por Candau (2002), o multiculturalismo e o interculturalismo são termos que frequentemente são usados como sinônimos, mas propõe uma diferenciação entre esses. O autor se situa numa perspectiva em que sugere como mais adequado o termo interculturalismo para a abordagem que enfatiza em educação. Defende que a educação intercultural não é: uma educação compensatória, assimilacionista, nem um simples ideal pedagógico humanista, ou um conjunto de atividades pensadas e dirigidas a grupos culturalmente minoritários. “Para Jordán, ao definirmos o que a educação intercultural *não é*, se está ao mesmo tempo delimitando o que *ela é*” (CANDAU, 2005, p.75).

Um dos pontos de sustentação do pensamento de Forquin em relação ao multiculturalismo e a educação é que a interculturalidade trabalha a tensão entre o universal e o particular. Ele ressalta que o respeito pelas culturas não deve se restringir aos conhecimentos de uma cultura, mas sugere um pensamento transcultural⁶.

Afirma também que a interculturalidade demonstra um caráter de relação dinâmica em que os processos de hibridização cultural⁷ são intensos e mobilizam a construção permanente de identidades, supondo que as culturas não são puras.

Assim considerado, o diálogo intercultural é apontado como uma proposta favorável à busca de alternativas e práticas de convivência entre culturas, principalmente no campo da educação.

⁶Processo pelo qual as diversas culturas trocam entre si elementos culturais. Um exemplo: os imigrantes libaneses que vieram para o Brasil introduziram na nossa cultura o hábito de comer quibe, comida típica de sua cultura. Em contrapartida, muitos deles aprenderam a apreciar o feijão e o arroz, pratos da cultura brasileira.

⁷Termo que abarca distintas misturas culturais. Veja o livro *Culturas Híbridas* (1997), de García Canclini. Nesse livro, o autor se dedicou a estudar a questão da identidade nacional como realidade configuradora da América Latina.

A relação entre educação e cultura(s)

Tomando como referência a origem do caráter monocultural e dominador do conceito de cultura citado anteriormente, foi dada à educação a tarefa de levar os “incivilizados” a alcançar as formas mais elevadas da cultura, por meio da dominação e da negação “do outro”, tido como “estranhos”, “fora do ninho”.

Na situação política e econômica da Alemanha no século XVIII, (um “estado sem nação”, tentando resistir às imposições do Absolutismo francês e assistindo à decadência da aristocracia alemã) a educação foi apontada como saída para as gerações futuras apostando na escolarização, capaz de alcançar o ideal utópico de um novo mundo. Sendo assim, o paradigma pedagógico moderno foi construído sob três características essenciais do conceito de cultura: único, elitista e idealista.

Essa concepção de cultura teve ampla repercussão na educação de muitos pa-

ises. No Brasil, até os anos 70, o projeto que norteou a Educação Indígena no Brasil foi baseado na catequese e na socialização para a assimilação dos índios na sociedade brasileira. O objetivo era integrar e civilizar o índio, concebido como um grupo primitivo e inferior, principalmente quando comparados aos modelos da cultura ocidental cristã.

Em termos gerais, a educação brasileira se configurou como um espaço classificatório, em que os alunos mais “civilizados”, mais “capazes, mais “competentes” eram bem sucedidos e aprovados, recebiam boas notas e eram bem classificados. Aqueles que não se adequavam ao modelo idealizado estavam condenados à exclusão e à reprovação.

Existem diferentes formas de abordar as relações entre educação e cultura(s) no contexto escolar. A partir dos anos 60, muitos paradigmas foram formulados por estudiosos que se propunham a explicar o fracasso escolar de estudantes oriundos das chamadas camadas populares ou de determinados grupos étnicos. Banks (citado por CANDAU, 2002) privilegia em sua análise dois paradigmas: o da privação cultural e o da diferença cultural. O primeiro deles parte do pressuposto de que o fracasso escolar desses alunos ocorre devido à cultura em que estão inseridos que os impede de ter acesso aos conhecimentos da “alta cultura” ou conhecimento das Humanidades. Os defensores desse paradigma acreditam que o problema está localizado na cultura de origem desses alunos e não na cultura da escola. Sendo assim, propõe que o que deve ser mudado é a cultura do aluno e não a cultura da escola. Nesse tipo de paradigma a diversidade cultural é reconhecida, porém na relação entre as culturas, essas são hierarquizadas e classificadas em graus de superioridade e inferioridade. O segundo paradigma se baseia na concepção de que diferentes culturas possuem linguagens, valores, símbolos, e modos de comportamentos diferentes, que precisam ser compreendidos tal como existem. Seus defensores se opõem ao paradigma da privação cultural e afirmam que as relações entre as culturas não podem ser analisadas numa perspectiva hierarquizante. Sendo assim, também defendem que a cultura da escola, construída e orientada a partir de um modelo cultural hegemônico e monocultural, precisa ser modificada.

Como visto, não basta reconhecer a diversidade cultural, é preciso desfazer a hierarquia entre as diferenças culturais, que as concebe como superiores ou inferiores. Paulo Freire, por meio de suas experiências educativas a partir dos anos 60, nos recorda que a submissão à opressão leva à internalização da autoimagem de oprimido, de inferior.

Ao expor sua famosa frase: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, Freire (1970) já fertilizava a ideia de uma proposta educacional baseada no interculturalismo, quando em seus textos propunha a verdadeira atribuição da educação: a proposição de uma *ação dialógica*. Suas preocupações quanto ao respeito à cultura do aluno, ao diálogo e à liberdade, oferecem respaldo elementar para a compreensão das relações entre educação e cultura(s).

Paulo Freire defendia uma educação que devesse se afastar de ações manipuladoras e massificadoras e afirmava que toda educação deve ser um encontro entre os homens (e mulheres), “que mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (FREIRE, 1970, p.43).

Para que a educação intercultural avance, hoje, precisamos enfrentar alguns desafios, como o de reconciliar os saberes dos(as) alunos(as) com a cultura escolar e desconstruir o legado dessa educação que nega a cultura do(a) aluno(a). A potência da educação – não só no sentido da escolarização, mas no sentido mais amplo – consiste em dialogar os saberes e fazer com que cada um deles encontre o interesse e a relevância no outro.

Outro desafio, que se destaca dentro da perspectiva intercultural, é a superação da polarização entre igualdade e diferença. No âmbito das políticas públicas e das práticas pedagógicas, o reconhecimento da diferença deve estar articulada com as questões referentes à igualdade e ao direito à educação de qualidade para todos.

Na tentativa de articular educação e cultura, os defensores da educação indígena têm sido os que mais avançaram na busca de articular políticas públicas e propostas pedagógicas que trabalham e buscam reconhecimento de sua cultura, mesmo diante de inúmeros conflitos e adversidades.

Assumindo o olhar de que existem diferentes culturas, nós educadores(as), devemos nos questionar: qual é o nosso olhar diante dos coletivos diversos inseridos na escola? Como somos formados e preparados para atuar nesse contexto? Como podemos superar as visões e representações preconceituosas sobre os diferentes?

Essas questões se colocam como essenciais, pois, se queremos combater os preconceitos e as discriminações, devemos primeiro entender como os valores e as relações entre as culturas, em nosso sistema, e a própria docência contribuíram, e ainda contribuem, na produção das desigualdades e da hierarquização das culturas,

por meio da racionalidade moderna de ciência, progresso, conhecimento, cultura e civilização, de avaliação e segregação.

Nessa dimensão, a educação intercultural se configura como uma prática que propicia a democracia valorizando os distintos saberes tornando-se incentivadora das transformações indispensáveis na geração da justiça social e da melhoria da qualidade de vida.

Continuando as atividades

8- Como exemplo de grupos sociais que tiveram êxito na luta pelo direito à diferença, citamos as reivindicações de diferentes etnias indígenas no Brasil, que foram agregadas à Constituição de 1988 e que desencadearam outras conquistas no plano institucional.

Pesquise e socialize com os colegas, exemplos dessas outras conquistas alcançadas pelos indígenas no plano institucional.

9- Você sabia?

No Espírito Santo existem experiências de grupos étnicos culturais (pomeranos, quilombolas, indígenas, camponeses...) que buscam uma educação diferenciada e se contrapõem ao modelo de educação baseado no conceito hegemônico de cultura. Pesquise sobre a experiência cultural dos indígenas no Espírito Santo e descreva como eles têm buscado essa educação diferenciada e quais seus objetivos. Depois de registrar de suas descobertas, compartilhe-as com seus(as) colegas.

Filme

O menino de pijama listrado

Direção: Mark Herman.

EUA. 2008. (93 min.)

Um filme que retrata a história da amizade entre duas crianças – um alemão e um judeu – durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um bom filme, pois

Os ideais do nazismo são, em grande parte, etnocêntricos.



ilustra a questão do etnocentrismo e a experiência de um choque cultural e nos ajuda a refletir sobre as implicações da falta de diálogo intercultural que geram preconceito e racismo.

O racismo contra os judeus e o holocausto foram justificados pelo darwinismo tortuoso que considerava os arianos, alemães e outros povos nórdicos as “raças” mais evoluídas e destinava-se a destruir as “raças inferiores” - principalmente os judeus, aos quais Hitler atribuía a maioria dos males da humanidade.

Referências

BAUMAN, Sigmundo. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CANDAU, Vera Maria (org). *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas*. In: *Sociedade, educação e cultura(s)*. Petrópolis: Vozes, 2002.

EAGLETON, Terry. *Ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e Cultura: as bases e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes médicas, 1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

McLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. 3. ed. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2000.

_____. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Santos, Boaventura de Souza. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Tadeu Tomaz da. Os estudos culturais e o currículo. In **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VEIGA-NETO. Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 1-10 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782008000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2010.

Leituras complementares

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das sete cores – educando para a paz.** São Paulo. Editora Contexto, 2005.

_____. Educação? Educações: aprender com o índio. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. Vida, conhecimento, cultura e educação: algumas ideias provisórias. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento:** Editorial Psy, 1995.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e**

cultura(s): construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 156-168, 2003. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782003000200012&lng=pt&nrm=iso>.

PARAÍSO, M. A. Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente. *Educação e realidade*, v. 1, n. 21, p. 137, jan./jun. 1996.